10194018 08020.006645/2019-48

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Gestão de Colegiados

Ata da 4ª REUNIÃO do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2019, às 9h10, na Sala de Retrato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 4º andar, sala 404, Edifício Sede, em Brasília - DF, teve início a reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP. Estavam presentes: Sergio Moro, Ministro da Justiça e Segurança Pública e Presidente do Conselho; Luiz Pontel, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Vice-presidente do Conselho; Rosalvo Ferreira Franco, Secretário Nacional de Operações Integradas; Maurício Leite Valeixo, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; Luiz Roberto Beggiora, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas; Adriano Marcus Furtado, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Rodrigo Augusto Rodrigues, da Casa Civil da Presidência da República; José Eduardo Pereira, do Ministério da Defesa; Ary Soares Mesquita, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Fernando César Ferreira Pereira, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais; Giovani Eduardo Adriano, do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica; Leandro Antônio Soares Lima, do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária; Kleber Luiz da Silva Júnior, do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil - CONCPC; Aldovandro Fragoso Modesto Chaves, do Poder Judiciário; Eitel Santiago de Brito Pereira, Secretário-Geral do Ministério Público Federal; Armin Augusto Braun, do Ministério do Desenvolvimento Regional; Carlos Alexandre Braga, do Conselho Nacional das Guardas Municipais; Vinicius Mendes Lima, do Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa; Ewerton da Silva Carvalho, do Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Marlon Jorge Teza, da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; Fabiano Dallazen, do Ministério Público; Daniel Carrara, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Rafael Feler, do BNDES; Cristiane Podgurski, Promotora de Justiça; Marcelo Aparecido Moreno, Diretor de Políticas de Segurança Pública da SENASP; e o Coronel Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da SENASP e Secretário Executivo do CNSP. **ABERTURA DA REUNIÃO:** o **Ministro Sergio Moro** deu início aos trabalhos, cumprimentando a todos e falando sobre a pauta da reunião: aprovação da Ata da 3ª Reunião do CNSP e do Regimento Interno do CNSP, passando em seguida a palavra ao **Coronel Renato Ivo, Secretário Executivo do CNSP,** que deu início à reunião cumprimentando a todos; abriu a reunião dizendo que foi encaminhado, via SEI, a todos os membros, a Ata da 3ª Reunião para aprovação; Não havendo objeção, a Ata da 3ª Reunião foi aprovada por unanimidade por todos os conselheiros presentes; Passou-se a aprovação do Regimento Interno do CNSP; Neste instante, o **Sr Aldovandro Fragoso Modesto Chaves**, **representante do Poder Judiciário**, sugeriu que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tivesse assento no Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ou, caso não seja possível, que seja convidado como observador ou ouvinte; O Sr **Ministro Sergio Moro**, disse receber a ponderação para avaliação, entretanto, acrescentou que o Sr Diretor do DEPEN faz parte do CNSP e também daquele Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e que por tal razão, pode vocalizar os assuntos no conselho; **O Coronel Renato Ivo, Secretário Executivo do CNSP,** passou a votação para aprovação do Regimento

Interno e, como não houve qualquer sugestão ou objeção quanto ao conteúdo do regimento, o Regimento Interno do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, foi aprovado também por unanimidade; O **Ministro Sergio Moro** fez uso da palavra e acrescentou que, não obstante a aprovação naquele ato do Regimento Interno do CNSP, o mesmo pode ser alterado assim que se verificar esta necessidade, quer por aprimoramento ou sugestões, que não é o Regimento um "mandamento escrito em pedras"; Ao final, o Ministro declarou aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; Vencidas as etapas de aprovações, da Ata da 3ª Reunião do CNSP e do Regimento Interno do CNSP, o Ministro Sergio Moro e Presidente do CNSP, antes de passar a palavra a todos, solicitou aos Srs, Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional e Marcelo Aparecido Moreno, da SENASP, para que falassem sobre verbas, previsões e transferências do FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional) e do Fundo Nacional de Segurança Pública, respectivamente; **Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN,** explanou sobre o Fundo Penitenciário Nacional e acrescentou que neste ano conseguiram alcançar um fato inédito, graças a uma parceria do Ministério da Economia e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi possível o alcance, o acesso a todo o fundo, possibilitando o repasse de R$ 107.000.000,00 (cento e sete milhões de reais) de transferências aos Estados ainda este ano; Que no ano passado o valor do fundo era na casa de R$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) e que seria alcançado um valor de apenas R$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) autorizado pela Lei Orçamentária; Que realmente este fato é inédito e positivo; Que esses R$ 107.000.000,00 (cento e sete milhões de reais), são referentes às transferências obrigatórias; já nas transferências voluntárias, os valores chegariam por meio de licitações e convênios a um total de repasses no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); o DEPEN está centralizando as compras como por exemplo, equipamentos como *body scan*, raio x, pórticos e detectores de metais nas unidades prisionais, viaturas-celas e ônibus para transportes de presos, além de convênios para equipar as unidades prisionais com oficinas para os presos trabalharem (panificadora, fábrica de blocos, etc); **Marcelo Moreno**, **da SENASP,** fez uso da palavra, passou a falar sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre alguns requisitos a serem cumpridos pelos estados e que hoje, os estados habilitados a receber o repasse de valores, são 11, citando entre eles, o Estado do Acre, Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraná, Amapá, Rio Grande do Sul e Rondônia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; Passou a explanar sobre a parceria da SENASP com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Carteira de Políticas Públicas implementadas e outros projetos voltados à segurança pública, como o eixo de valorização dos profissionais de segurança pública e o eixo do enfrentamento à criminalidade violenta; Acrescentou que outros estados até o final de novembro, cerca de 8 ou 10 estados, também estarão aptos; O Sr **Luiz Roberto Beggiora**, **Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas**, fez uso da palavra, explanando sobre a Medida Provisória 885 que foi convertida na Lei nº 13886/2019, a qual traz grandes avanços na gestão de ativos, na medida em que possibilita que os depósitos oriundos das vendas de bens relacionados às drogas sejam depositados diretamente no Tesouro Nacional rendendo selic na conta do Fundo Nacional de Políticas sobre Drogas e esses recursos serão até 40% destinados para aplicação em Segurança Pública, especificamente para as polícias que fizeram a apreensão desses bens; Essa Medida Provisória aprovou também a questão das armas que forem apreendidas, serão destinadas às polícias que fizeram a apreensão e para aplicação no sistema penitenciário, para emprego; Falou da aprovação do confisco alargado, que trata que todos os bens do condenado por tráfico de drogas e relacionados a este delito, serão confiscados; Falou ainda que estão trabalhando com o Poder Judiciário, no que diz respeito a alienação antecipada, para que o magistrado possa dar andamento o quanto antes no leilão desses bens apreendidos; Disse também que a SENAD está responsável pelos leilões de bens apreendidos e relacionados a outros delitos e não só relativos às drogas; acrescentou que estão com um montante próximo de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), provenientes de alienação antecipada e que pretendem chegar ao valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) com esse processo de alienação; que estes recursos financiam projetos na área de segurança, como por exemplo, junto a SEOPI, aplicaram cerca de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para equipar as fronteiras para comunicações de dados; disse apoiar também à PRF que estão montando uma escola de cães farejadores; viaturas para a Polícia Federal; Capacitação de 10 mil professores para atuar com o "problema das drogas"; "Projeto Minerva"- que é a capacitação de 40 peritos dos estados para trabalharem com a descoberta de novas substâncias psicoativas; Curso de Investigação Patrimonial para os estados para que também trabalhem na descapitalização do tráfico de drogas; Instalação do drogômetro em 5 cidades piloto, junto com a PRF e SENASP; Esclareceu por fim,

que os 40% dos valores apreendidos, serão repassados aos próprios estados que atuaram na apreensão; o **Ministro Sergio Moro**, deixou a palavra aberta para questões e considerações no âmbito do conselho; o Sr **Leandro Lima**, **do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça – CONSEJ**, reiterou a importância de se tratar do tema da judicialização no sistema prisional; que o DEPEN é um excelente parceiro neste tema e que o apoio do Conselho será ainda mais concreto no que diz respeito ao entendimento com o Poder Judiciário e com o CNJ nas questões das interdições judiciais; disse que as interdições sem critérios, tem causado uma diminuição gigantesca de vagas no sistema prisional do país; Falou sobre uma intervenção recente, ao que lhe parece, descabida, havida no estado do Pará e que os estados tem condição de ter um melhor recebimento de presos e fazer um fluxo melhor de segurança pública; Disse da importância de se diagnosticar e ter critérios nas interdições necessárias e não necessárias; **Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional,** afirmou que o DEPEN encaminhou um pedido ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, para que revogasse uma Resolução que estabelece 137,5% como número máximo de lotação de presos por unidade prisional; Acrescentou que os estados que mais tem problemas com interdições, é o Rio Grande do Sul e Minas Gerais; que o CONSEJ, o Poder Judiciário e o Ministério Público, tem atuado nestes estados e tem conseguido "levantar" algumas interdições, melhorando a gestão de vagas; disse ainda, que na visão do DEPEN, a gestão de vagas deve se dar pelo Poder Executivo, citando ainda como um exemplo positivo, o que se tem praticado no Estado de São Paulo; o **Ministro Sergio Moro**, se manifestou esclarecendo sobre a situação de lotação dos presídios, que é realmente um problema relevante; que o que não pode ocorrer é o preso ficar restrito ao interior de uma viatura, no pátio, etc, que esse problema tem que ser equacionado da melhor maneira e que deve ter um critério único em todo o estado; **Fernando Cesar Pereira Ferreira**, **do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,** sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para estudar o impacto da Lei de Abuso de Autoridades sobre a violação dos Direitos Humanos, passando a relatar problemas em relação às denúncias e violações contra mulheres, idosos e crianças, que aliás, sugere também que seja um tema mais debatido neste Conselho; **Carlos Braga**, **do Conselho Nacional das Guardas Municipais - CNGM**, disse que as Guardas Municipais no Brasil, estão presentes em torno de 1000 cidades e já somam mais de 140 mil integrantes; disse também que em uma pesquisa recente realizada em todo o país pelo IBOPE, que as Guardas Municipais são a terceira força de segurança com maior credibilidade eleita pela população; relatou ainda que em outra pesquisa recente realizada no Estado de São Paulo pelo IPEA, apontou que nas cidades onde possuem Guardas Municipais armadas, o número de homicídios é reduzido em até 62%, contudo, as Guardas estão enfrentando um sério problema com algumas recentes decisões as quais expressam que elas não exercem atividades de risco; citou inclusive que o Prefeito de Vinhedo – SP, Sr Jaime Cruz, já encaminhou documento e estão muito preocupados sobre o que vão fazer com as Guardas diante dessa situação; explanou que as Guardas desenvolvem diversas atividades, como de bombeiro, de policiamento, de apoio à Polícia Civil, de apoio à Perícia, como conciliadores judiciais, etc; Por fim, disse ser necessário e urgente, e, na função de membro do Conselho, este é o seu pedido, para que o MJSP crie um Grupo de Trabalho, conforme se prevê no Decreto que o criou, para propor um estudo para dar segurança jurídica, bem como, segurança e garantia aos Guardas Municipais que vem atuando em todo o Brasil de forma decisiva; **Vinícius Mendes Lima**, **do Instituto Besouro**, lembrou sobre o tema remição pela leitura que foi trazido na última reunião, solicitando neste ato, que este tema seja enfrentado novamente, deixando um pedido para a criação de um grupo de trabalho sobre este tema; disse também que entende importante permitir aos apenados a remição pelo trabalho em seu próprio negócio, através do empreendedorismo; **Everton da Silva**, **da EDUCAFRO**, trouxe um tema ao seu ver novo, citando um caso de um jovem que havia sido preso por roubo; deixou um questionamento a todos os presentes sobre: O que as polícias estão fazendo sobre a redução de prisão arbitrária?; o Dr **Eitel Santiago**, **do Ministério Público Federal**, falou sobre o problema do tráfico de drogas que assola o país como um todo, bem como a importante redução de homicídios, este como um fator muito positivo; acrescentou que, quanto aos fatos de interdições nos estabelecimentos prisionais, pensa ser um fato preocupante para que não esbarre ou soe como uma "sensura ao Judiciário"; neste ato, o **Ministro Sergio Moro**, fez ponderações explicando que o que estava em discussão era muito mais limitado que esta proposição, e que, o que foi falado era relativo às constantes interdições em determinados estados, que por sua vez trazem efeitos colaterais negativos, de modo que algumas reuniões foram realizadas com magistrados, ponderando tais situações; **Eitel Santiago, do Ministério Público Federal,** prosseguiu e apresentou outro tema para reflexão, que diz respeito à recente Lei de Abuso de Autoridade, que "comentam" que muitas

denúncias não estão sendo apuradas, temendo os possíveis desdobramentos advindos da lei; acrescentou que, ao que consta e sabe, inclusive por orientação do Dr Augusto Aras, com quem trabalha, que muito pelo contrário, toda e qualquer denúncia ou abuso são apuradas sem qualquer temor ou prejuízo; o **General José Eduardo Pereira**, **do Ministério da Defesa,** parabenizou a aprovação do Regimento Interno do CNSP, sendo este de extrema importância para balizar ações do Conselho; comentou e agradeceu o apoio que o Ministério da Defesa vem recebendo da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, na pessoa do Sr Rosalvo Ferreira Franco, notadamente nas ações integradas e realizadas nas fronteiras, comentando sobre o Projeto SISFRON do Exército Brasileiro e do Projeto Piloto no Estado do Mato Grosso, que preveni e coibi ações criminosas na faixa de fronteira (operações, de atividades, de treinamento, de inteligência e de comando e controle); Explanou ainda sobre a Operação Verde Brasil, que o Ministério da Defesa realizou por 2 meses, através de um Decreto de Garantia da Lei e da Ordem, trabalhando para eliminar os focos de incêndio e ilícitos ambientais na Amazônia Legal, sendo esta uma experiência muito interessante, agradecendo ainda a participação de outros órgãos e setores pertencentes ao MJSP; o **Ministro Sergio Moro,** congratulou as Forças Armadas e demais órgãos envolvidos, principalmente quanto à Operação Verde Brasil; **Daniel Carrara, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil,** agradeceu a todos pelas considerações até o momento, felicitando também pela permanência do setor que representa no referido Conselho; Parabenizou as Polícias Militares dos Estados de Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na atuação e parceria, principalmente quanto às ações e prevenções realizadas quanto ao roubo de máquinas, animais, defensivos agrícolas e policiamento rural; acrescentou que entende muito importante a questão da conectividade e que essa discussão deve ter um esforço conjunto e uma atenção peculiar junto ao Governo Federal; **Kleber Luiz, do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil - CONCPC,** parabenizou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como à SENASP pela atuação; congratulou também o Ministro Sergio Moro no forte trabalho de políticas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em todo o país; falou sobre o CONCPC, que vem defendendo o eixo do enfrentamento à criminalidade violenta e que pensam ser esta uma política muito assertiva a ser implementada em todo o país; Falou sobre a preocupação que o CONCPC tem em relação ao aumento de crimes patrimoniais, notadamente quanto à crimes contra motoristas de aplicativos, em especial do UBER; Explanou sobre reuniões que o CONCPC vem realizando com outros órgãos, o desenvolvimento de aplicativos e ferramentas importantes que possam conferir maior segurança a estes profissionais, motoristas de aplicativos; Acrescentou ainda que o CONCPC tem bastante preocupação com os crimes que envolvem violência contra a mulher, deixando neste ato um convite a todos os presentes e em especial ao Ministro, para que no dia 30/10, compareçam ao 1º Encontro do Fórum Permanente de Combate à Violência contra à Mulher; Por fim, trouxe à tona uma proposta para que o CNSP possa trazer o Sr Mauro Albuquerque, Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, para realizar aos membros do CNSP, uma apresentação sobre Sistema Prisional, recuperação e socialização dos presos, além de reorganização do sistema; o **Ministro Sergio Moro,** observou sobre esta questão, que a Força de Intervenção Penitenciária do MJSP passou três meses auxiliando e apoiando o Estado do Ceará na retomada do Presídio de Alcaçuz e demais estabelecimentos prisionais rebelados; **Giovani Eduardo Adriano, do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica - CONDPC,** agradeceu a visita do Ministro Sergio Moro a Santa Catarina (ao Laboratório e Banco de Perfil Genético) e que a Perícia Nacional está comprometida com relação a inclusão dos dados no Banco de Perfil Genético, até 2022, proposto pela SENASP; Falou também que recentemente membros do CONDPC estiveram em reunião com o Dr Clovis Belbute, responsável pelo cadastro de pessoas físicas; que em Santa Catarina adotaram a prática de utilizarem o número do CPF como número do RG e, que em breve, terão em nível de Brasil, o tão sonhado número único de carteira de identidade, evitando assim fraudes e outros crimes; o **Brigadeiro do Ar Ary Soares, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República,** fez eco às palavras do General José Eduardo, no que diz respeito à preocupação com as fronteiras do Brasil; que neste ano, por meio de operações, tiveram êxito na apreensão de mais de 50 toneladas de cocaínas nos portos, e é claro, que esta droga passou pelas fronteiras, comentou; explanou que o GSI tem uma grande preocupação com este tema e, juntamente com a ABIN e com a Secretaria de Assuntos de Defesa, vem desenvolvendo ações em um espaço que é tão importante para a segurança nacional; que o GSI participa da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e todos os debates relativos às fronteiras; que além disso, também fazem pareceres ao Governo Federal e ao Presidente da República relativo ao mesmo tema (por exemplo: Linhão do Tucurui, Glebas de Roraima, Fronteiras do Sul, etc), além de terem o Programa de Proteção

Integrada de Fronteiras- PPIF; neste ato, convidou a todos que utilizem este programa deixando claro a todos os membros do Conselho, que o GSI se preocupa bastante e realiza muitas ações, que existe controle!; deixa um pedido para que este conselho utilize este programa e crie um Grupo de Trabalho para cuidar do tema, pois este programa reúne outros 9 órgãos do Governo Federal (SEOPI, PF, SENASP, PRF, GSI, ABIN, MRE, Receita Federal), que podem ser aproveitados, notadamente, quanto à expertise que estes órgãos possuem e tudo o que já foi produzido sobre o assunto fronteiras; por fim, o Brigadeiro Ary solicita o apoio, sugestões, opiniões e linhas de ação, para que possam trabalhar (preparar) a Política Nacional de Fronteiras; **o Coronel Carlos Alberto Araújo Gomes**, **Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais - CNCG,** iniciou sua fala agradecendo ao Ministro pela visita recente realizada ao Estado de Santa Catarina; parabenizou também quanto às ações implementadas pelo MJSP em relação à redução aos crimes violentos, à corrupção e ao combate ao crime organizado; em especial, destacou das por parte das policias militares, a parceria com a PRF que tem sido grande aliada, quer no compartilhamento de recursos, na transferência de tecnologia, etc; Destacou ainda a atuação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, quanto à intensificação de ações nas fronteiras; Acrescentou que o CNCG tem procurado desenvolver algumas temáticas de interesse nacional, citando o PROERD (que é um dos maiores programas de prevenção ao uso de drogas e a violência) e a recente parceria com a SENAD para intensificação deste programa; comentou também sobre a parceira que o CNCG realizou com a CBF, para a criação de Procedimentos Operacionais Padrão em nível nacional, quanto ao Policiamento em Praças Desportivas; Trouxe ainda a notícia de que o CNCG criou uma Câmara Técnica de Inteligência com a SEOPI e com o Sistema Nacional de Segurança Pública, para melhorar e potencializar a capilaridade das Polícias Militares em proveito da segurança no país; Por fim, trouxe duas sugestões, a primeira delas, sugere a criação de um programa de fortalecimento das Polícias Militares, em nível nacional, para que, um esforço articulado pelo MJSP, pudesse beneficiar bastante essa força que possui mais de 400 mil homens e está presente em todas às cidades do país; A segunda sugestão, foi em relação ao eixo na linha do que o Sr Ministro pode acompanhar em Santa Catarina, quanto ao suporte tecnológico que o MJSP pode promover no que tange à tecnologia orientada ao usuário final, como o uso de tabletes, de câmeras policiais individuais acopladas ao fardamento, acesso em campo a banco de dados, a ferramentas de inteligência e computacionais, promovendo muito mais eficiência, entre outros benefícios ao serviço finalístico de segurança pública; Finalizou dizendo que o CNCG hipotecou apoio ao "pacote anticrime" do MJSP e que todos os comandantes das polícias em todo o Brasil, estarão empenhados neste sentido; o **Ministro Sergio Moro**, esclareceu que concederia a palavra ao último interessado em se manifestar e que, logo após, seguiriam aos debates e deliberações; **Fabiano Dallazen, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul,** cumprimentou a todos e esclareceu que no Rio Grande do Sul, há uma construção muito positiva quanto às decisões e administração do sistema prisional, talvez seja lá no RGS, um pontual exemplo de como a interferência do Poder Judiciário na esfera administrativa dos presídios causa transtorno; não se trata de impedir o juiz nas suas decisões e sentenças, mas sim, alega não ser possível, uma decisão neste sentido passar nas mãos de vários magistrados; Acrescentou ainda que não possui temor quanto a promover as necessárias investigações em qual caso seja, por conta da nova Lei de Abuso de Autoridade; o **Ministro Sergio Moro,** retomou as colocações ofertadas durante o conselho e começou as deliberações: **1) quanto a ser considerada uma atividade de risco o trabalho realizado pelas Guardas Municipais, questionado pelo Sr Carlos Braga, do CNGM -** o Sr Marcelo Moreno, da SENASP, comentou ações realizadas pela SENASP e Polícia Federal, notadamente quanto à questões que envolvem as Guardas municipais; **o Ministro Sergio Moro**, pontou que a grande solicitação do representante das Guardas Municipais, diz respeito a ser considerada atividade de risco, e, acredita que tal tema inclusive, seja sobre uma questão remuneratória que envolve os estados e sugeriu ao Sr Carlos Braga – do Conselho Nacional das Guardas Municipais, que realize o encaminhamento de documento como uma sugestão, uma provocação expressa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para que fosse realizado um estudo e possível remessa ao Congresso; **2) sobre a questão da Lei de Abuso de Autoridade, trazida pelo Dr Eitel Santiago, do MPF -** o Ministro acredita que a Lei ainda é nova e que realmente tem gerado uma série de preocupações, ainda que se compreenda o que levou a edição da lei, há um receio quanto à prática de abusos e que ela realmente possa ter um "efeito excessivo", em deixar o procurador, o policial, o juiz, receoso em cumprir o seu dever; muito que se tem ouvido, diz respeito, a quando se instaura ou não instaura uma apuração a partir de uma denúncia anônima, entretanto, acredita ser contornável o dispositivo legal, no sentido que, ao que parece, o legislador quis prevenir, que a partir de uma comunicação, de uma notícia crime, ainda que anônima, fosse instaurado desde logo o

Inquérito Policial, porém, nada impede que sejam feitas as investigações preliminares; Acredita que seria interessante, no âmbito do Ministério Público ou do CNMP, que houvesse alguma discussão sobre isso ou alguma recomendação para deixar isso claro, que, averiguação preliminar, não caracteriza qualquer espécie de abuso; talvez o MJSP também pudesse discutir no âmbito de polícia para evitar que esse dispositivo tenha esse efeito não desejado pelo próprio legislador; Por fim, quanto a esta questão, o **Ministro** sugeriu ao Dr Eitel Santiago que este assunto seja discutido no MPF; **o Coronel Renato Ivo** solicitou a palavra e anunciou aos presentes, que foi detectada uma falha na escrituração do Regimento Interno do CNSP, um erro quanto à inserção (digitação) de alguns parágrafos referentes à composição do conselho, que será saneado e remetido aos conselheiros para ciência; o **Ministro Sergio Moro**, tratou de outro tema, **3) da remição pela leitura perguntado pelo Sr Vinícius Mendes Lima, do Instituto Besouro** - o Sr **Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional,** respondeu esta questão, afirmando que esta política já está bem consolidada, que completou 10 anos de efetivo exercício, tendo começado no Presídio Federal de Catanduvas, em 2009; inclusive acrescentou que há outra política neste sentido, que versa sobre a criação de bibliotecas dentro dos estabelecimentos prisionais; o **Ministro Sergio Moro**, tratou de outra questão, **4) sobre o empreendedorismo, da possibilidade do preso trabalhar em seu próprio negócio, como forma de ressocialização, tema trazido pelo Sr Ewerton Carvalho, da EDUCAFRO**; esta pergunta também foi respondida pelo Sr **Fabiano Bordignon,** que esclareceu que tal assunto está no radar do DEPEN e estão à disposição para o recebimento de sugestões e projetos neste sentido, o que aliás, já estão fazendo; **o Ministro Sergio Moro**, por fim, solicitou ao DEPEN pensar em apresentar uma proposta de normatização, ainda que administrativa, para posterior encaminhamento ao CNSP e CNCPC para eventuais sugestões sobre os dois assuntos (remição e empreendedorismo); o Dr **Fabiano Bordignon**, nesta oportunidade, aproveitou para divulgar alguns dados consolidados (estatísticas) sobre presos provisórios no ano de 2018 e que estão com um nível razoável de presos provisórios, bem como, que o DEPEN já iniciou o processo de instalação de bloqueadores de celulares e que a ideia seria instalar em 100 unidades prisionais, uma em cada estado, para melhor efeito e abrangência; **o Ministro Sergio Moro,** agradeceu às reflexões trazidas por todos e acrescentou que situações particulares e individuais, o CNSP não tem condição de se manifestar ou apreciar; disse ainda que quanto à faixa de fronteiras, que o MJSP tem intensificado essa política de integração e ações, e que as Forças Armadas tem relevantes iniciativas nestas áreas; o **Dr Rosalvo Franco, Secretário de Operações Integradas - SEOPI,** aproveitou a oportunidade para falar que o Programa Vigia está muito bem adaptado dentro do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras- PPIF; falou ainda que os estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Rio Grande do Sul e Amazonas, já foram e/ou serão (como é o caso dos dois últimos) contemplados com tal tecnologia e apoio; o **Ministro Sergio Moro,** falou sobre o tema **5) policiamento em áreas rurais e a expansão de comunicação – rádio digital nestas áreas, questionamentos promovidos pelos Srs, Coronel Carlos Alberto Araújo Gomes, do CNCG, Sr Adriano Furtado, da PRF e Sr Daniel Carrara, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil,** que não há dúvidas da importância do tema, porém, acredita que a pasta específica para tal questão, seria o Ministério da Ciência e Tecnologia; o **Sr Rafael Feler, do BNDES,** acrescentou neste ato, que recursos serão destravados para o BNDES, para que assuma a expansão das redes de comunicação nas áreas rurais; o **Ministro Sergio Moro,** partiu para o próximo tema, **6) em relação à sugestão do Dr Kleber Júnior, do CONCPC, de convidar e trazer o Dr Mauro Albuquerque, Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, para realizar aos membros do CNSP uma apresentação sobre Sistema Prisional, recuperação e socialização dos presos, além de reorganização do sistema**, acrescentando que podem avaliar a situação de traze-lo numa próxima oportunidade; o Ministro prosseguiu comentando algumas provocações trazidas à baila e acrescentou que, quanto ao Banco de Perfil Genético, estão prosseguindo nesta política e o MJSP não vai desistir dessa implementação; o ministro fez questão de também esclarecer que sobre a criação das Delegacias de Combate à Corrupção, realmente é uma política do Ministério e que, muito disso, parte do interesse dos próprios estados; falou ainda sobre o PL 5580/2016 - (que Confere ao Estado ferramenta normativa para restaurar a segurança dos cidadãos viabilizando a segregação do convívio social de indivíduos de alta periculosidade), que realizaria novas vistas e que, sem dúvidas, é importante tal teor, porque os crimes patrimoniais estão ligados ao crime organizado; disse ainda ser oportuno a revelação do projeto do CPF com o número de identidade e que existe uma busca de unificação de documentos que está a cargo do Ministério da Economia; quanto à sugestão de **7) disponibilização para o policial ter acesso imediato a banco de dados relevantes, realizada pelo Sr Coronel Araújo Gomes, do CNCG**, o Ministro parabenizou o Oficial,

por ocasião em que verificou na visita que realizou em SC, uma série de inovações importantes, acrescentando ser, ao seu ver, um dado que parece bastante pertinente a referida disponibilização ao policial na ponta da atividade policial operacional; o Coronel Araújo Gomes, ainda se prontificou a criar uma Câmara Temática, pelo CNCG, para cuidar desse estudo, que converse sobre essa tecnologia orientada ao usuário final, incluindo nesta Câmara, diversos representantes de modo a aproveitar experiências anteriores; O Ministro decidiu por montar um Grupo de Trabalho com vários representantes integrantes (PF, PRF, Polícias Militares, SENASP, Polícias Civis), para verificar se é possível criar um aplicativo que seja disponibilizado na ponta ao policial de serviço, de modo que tenha acesso a Mandados de Prisão, Foragidos, veículos com apontamento de furto e roubo; que realmente estivesse disponível no aplicativo (tablete, smartphone), uma ação que seja prática!; ao final, ficou tal providência (criação de um GT), sob a responsabilidade da SENASP, na pessoa do Sr Marcelo Moreno, o qual saiu da reunião ciente; quanto a outra colocação **8) da criação de um programa de fortalecimento das polícias militares, em nível nacional, realizada pelo Sr Coronel Araújo Gomes, do CNCG,** o Ministro acrescentou ser esta uma pauta pertinente ao Congresso Nacional, que o MJSP vai procurar evoluir neste tema; ainda nesta questão, o Sr Marcelo Moreno disse que precisava fazer uma consulta na CLSP da SENASP, visando atualizar as questões desta temática; Próximo do encerramento dos trabalhos, o Sr Ministro Sergio Moro, agradeceu todas as manifestações favoráveis no tocante ao "pacote anticrime" do MJSP, finalizando a reunião com outro agradecimento a todos que compareceram naquela manhã. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 11h38. Para constar, eu, Fábio da Veiga Cabral, lavrei a presente ata.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Veiga Cabral**, **Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 02/07/2021, às 12:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 09/08/2021, às 15:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **10194018** e o código CRC **BD293739**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.006645/2019-48 SEI nº 10194018